

ÁREAS INDÍGENAS

Índios deixam debate na Câmara em protesto contra decreto federal

Da Sucursal de Brasília

Membros de organizações indígenas abandonaram ontem o plenário da Comissão de Meio Ambiente e Minorias da Câmara, em protesto contra o decreto 1.775/96, que alterou o processo de demarcação das terras dos índios.

As lideranças participavam, ao lado do ministro Nelson Jobim (Justiça), de um debate promovido pela comissão sobre as novas regras para a demarcação.

Essa legislação tem sido alvo de críticas dos partidos de oposição, da Igreja Católica e de ONGs (organizações não-governamentais).

Ao abrir a sessão, o índio Sebastião Manchnery, do Capoib (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas), que integrava a mesa, protestou contra o governo. Ao final de sua fala, levantou-se e saiu da sala junto com outros indígenas.

"O ministro vem a esta Casa, sob o pretexto de explicar o decreto, buscar apoio de parlamentares. Não aceitamos essa audiência co-

ONGs protestam em Londres

OTÁVIO DIAS

De Londres

Três ONGs (organizações não-governamentais) internacionais com sede no Reino Unido estiveram ontem na Embaixada do Brasil em Londres para protestar contra o decreto que altera o processo de demarcação das terras indígenas.

O decreto 1.775 dá a proprietários de terra e a governos estaduais e municipais o direito de contestar desapropriações de áreas para fins de demarcação de terras indígenas.

"O decreto é uma receita para a tragédia", afirmou a Anis-

tia Internacional, maior entidade de defesa de direitos humanos do mundo. "Ao por em dúvida a demarcação de mais de 344 áreas indígenas, o governo abriu as portas para a invasão delas. No passado, isso resultou em massacres", diz a Anistia.

Já a Survival International, fundada em 1969, enviou cartas de protesto ao presidente FHC, ao Banco Mundial, ao Parlamento Europeu e aos governos britânico e alemão. A Oxfam, criada em 1942, está pressionando o Banco Mundial a rever financiamentos ao Brasil.

mo forma de debate e nos reservamos ao direito de não continuar", disse Manchnery.

A atitude provocou reação do presidente da comissão, deputado Sarney Filho (PFL-MA). "Isso é

um desrespeito ao Congresso. Lamento que tenha ocorrido essa palhaçada promovida por lideranças politicamente engajadas", declarou. Jobim voltou a defender o decreto do governo.